JORNAL ESCOLAR: A MÍDIA COMO UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

RENATA SIQUEIRA DOS SANTOS PAULO

RESUMO

O presente trabalho irá abordar questões educacionais apresentando documentos que foram criados pela UNESCO para estabelecer princípios e metas para um avanço educacional mundial sendo um marco na educação a partir dos anos 90. Com a afirmativa que toda pessoa tem direito a educação, citando a Declaração de Jomtien (1990) o número de crianças e jovens fora da escola ainda é crescente, reconhecendo que a educação é um processo fundamental para o desenvolvimento pessoal, cultural e social do país, foram preciso realizar intervenções mais efetivas no âmbito educacional. Em busca de uma renovação, constatou-se a necessidade de um enfoque mais abrangente, que possa ir além dos atuais recursos, estruturas institucionais, currículos e sistemas convencionais de ensino. Dessa forma, surge a necessidade de apropriar-se de outra forma de aprendizagem que não fosse somente a formal. A educação não formal enfatiza a participação da sociedade civil, e pode ser vista como um grande potencial educativa articulada à escola e não se opondo a ela. Apresentando também princípios das cidades educadoras, discussão essa iniciada no final do século XX, em que já se compreende uma educação a partir da cidade com o objetivo de aprender, trocar, partilhar e enriquecer a vida de seus habitantes, ou seja, intensificar suas ações educativas priorizando a população local, o centro, a periferia e os setores rurais incluindo a diversidade cultural ali presente. Esta iniciativa deve ser articulada com diversos setores para que suas ações educativas possam estar articuladas pelos cidadãos que vivem e exercem atividades no município. Partindo dos princípios das cidades educadoras onde se enfatiza a participação efetiva da sociedade podemos dizer que neste ano de 2014 a cidade de Suzano viveu um momento importante onde foi possível repensar a cidade a partir dela, ou seja, a cidade foi ouvida em diferentes pontos pela Revisão do Plano Diretor. Além da defesa de uma educação não formal, não se opondo a formal, defende-se também o desenvolvimento de uma educação patrimonial em uma cidade educadora. Em busca de relações educacionais mais produtivas podemos pensar e refletir sobre ações que dentro da perspectiva de uma sociedade educadora frente a um mundo globalizado, possa ser um veículo entre a educação formal e não formal. Dentre essas possibilidades podemos destacar o potencial educador da mídia educativa, que pode ser utilizada como ferramenta para uma educação emancipadora, criativa e participativa. O jornal escolar nos abre caminhos pedagógicos que podem ser utilizados como recurso dando um novo sentido ao processo de ensino aprendizagem, apropriando-se de técnicas que se adequem as necessidades pedagógicas lançando mão de hábitos antigos. A criança possui suas vivências, daí surge o interesse em suas produções espontâneas ou não, cabe ao educador transformá-las em motivações e torná-las educativas inserindo novas possibilidades de comunicação e aprendizado significativo.

Palavras chave: Educação não formal, Cidades Educadoras, Educação Patrimonial, Jornal Escolar.

INTRODUÇÃO

Podemos considerar que vivemos um momento de grande importância na educação na década de 90, mudanças que intensificaram ações educativas em um âmbito mundial com intervenções que ocorrem desde a Declaração dos Direitos humanos e agora enfatizando e priorizando a educação para um desenvolvimento mundial.

Agências internacionais têm promovido conferências as quais assuntos como a educação tem sido prioridade. A fim de satisfazer as necessidades básicas de educação, redução do analfabetismo, fim da violência, redução da pobreza e exclusão, priorizando uma educação para todos e ao longo de toda vida, a esses aspectos são atribuídos o desenvolvimento social e econômico de um país, o qual neste trabalho se enfatiza as perspectivas

para o desenvolvimento educacional e social brasileiro dentro das diretrizes e metas para a melhoria no campo educacional. Analisando documentos criados pelas organizações internacionais como a Declaração de Jomtien e seu plano de ação educacional, podemos considerar que o campo da educação e suas necessidades de aprendizagem exigem práticas que vão além da sala de aula e além dos muros da escola. Apontando caminhos de renovação para a educação mundial que reconheça o sujeito como um ser integral e protagonista
de suas vivências, enriquecendo os valores culturais e morais comuns.

Dessa forma a existência de novas possibilidades de crescimento, comunicação e informação, vão além dos muros das instituições, atribuindo assim um grande potencial educativo à educação não formal, ambientes cuja aprendizagem seja favorável, reconhecendo seu potencial educativo e a promoção de alianças com diversos setores. Contemplando a família, a comunidade e por fim a cidade.

A educação não formal é apontada pela UNESCO como um caminho de ações educativas que não desmerecer o valor da educação formal, mas reconhece que ela é insuficiente para alcançar uma educação para todos. Esses dados são apresentados em relatórios de monitoramento organizados pela UNESCO e publicações de estudo de casos que apresentam experiências positivas em projetos financiados por esta agência.

Considerando a educação não formal aquela que ocorre fora do ambiente escolar, e considerando experiências positivas apresentadas pela UNESCO podemos atribuir essas ações aos princípios das "cidades educadoras" que prioriza uma aprendizagem a partir da cidade enfatizando e tendo como objetivos aprender, trocar, partilhar e enriquecer a vida de seus habitantes. Compromisso esse afirmado em um Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Barcelona 1990.

As cidades educadoras propõe reconhecer o valor cultural de cada comunidade propiciando o diálogo e a participação com intervenções formais e não formais. Refletindo também sobre uma educação patrimonial a qual pode auxiliar no processo de construção de identidade cultural, revelando o potencial educativo da cidade favorecendo o sentimento de pertença e na formação cidadã.

A análise bibliográfica deste trabalho apresentou possibilidades de inovações no âmbito educacionais, causando reflexões sobre as práticas pedagógicas em modelos engessados e presos a seus muros institucionais.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar a educação não formal como uma ação educativa que pode auxiliar na formação do sujeito, porém não se opor à educação formal e sim criar possibilidades para que ambas sejam reconhecidas como prioridade na formação do cidadão.

A fim de promover a livre expressão, garantir espaço para a comunidade, promovendo um sentimento de pertença e o protagonismo da comunidade, podemos estabelecer a mídia educativa como uma comunicação em redes, permitindo a interação de vários agentes em diferentes tempos e espaços. Assim como afirma Orofino (2010) dizendo que a utilização da mídia a serviço da educação trará a possibilidade de diversos atores inseridos por meio da escola e do município visando a construção de uma cidadania global, vendo a mídia enquanto processo e não produto enfatizando seu viés educativo.

Diante do exposto consideramos o uso do jornal escolar como uma ferramenta a serviço da educação e um recurso que pode ser utilizado para uma comunicação em rede, articulando o potencial educativo da cidade com a escola e promovendo aprendizagem, interação e desenvolvimento cultural.

1. DÉCADA DE 90 UM MARCO NA EDUCAÇÃO MUNDIAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar documentos que foram criados a fim de estabelecer princípios e metas para um avanço educacional mundial com a intervenção da UNESCO, porém iremos enfatizar as diretrizes, metas e ações educativas envolvendo a educação não formal em nosso país.

De acordo com Silva (2011), a década de 90 foi marcada por grandes mudanças na área da educação, formal e não formal. Foram então realizados encontros que tinham como objetivo elaborar princípios que pudessem servir como diretrizes e estabelecimento de metas

para uma melhoria no campo da educação. Foram realizados eventos internacionais o qual tinha como objetivo elaborar diretrizes para os países da América Latina, reunindo agências como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), essas foram as agências patrocinadoras dos eventos realizados tendo entre seus principais objetivos a redução do analfabetismo, fim da violência, redução da pobreza e da exclusão.

Com esses objetivos surge a expressão "educação ao longo de toda a vida" ou "educação permanente" que:

[...] em seu entender, é a chave que abre as portas do século XXI e, bem além de uma adaptação necessária às exigências do mundo do trabalho, é a condição para um domínio mais perfeito dos ritmos e dos tempos da pessoa humana. (DELORS, 1998 p. 104)

Essas expressões passam a ser utilizada principalmente pela UNESCO, a fim de ressaltar um novo contexto na formulação de políticas, buscando articular o Estado, a sociedade civil e aspectos que envolvessem Organizações não Governamentais (ONGs) e setores privados.

Com o objetivo de discutir sobre essa temática, envolvendo novas possibilidades de ensino, participação da sociedade civil e educação não formal; foram analisados os seguintes documentos: Declaração Mundial sobre Educação para todos – Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990); Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI – Relatório Delors (1999); Otra manera de aprender... estudios de caso (UNESCO, 2007); Educação para todos em 2015 – um objetivo acessível? (UNESCO, 2008). A fim de analisar os espaços que podem promover aprendizagem e reconhecer que a educação não formal pode ser uma grande possibilidade de tornar possível a participação civil para que a educação tenha novos atores e não somente consumidores. Porém, de acordo com a UNESCO (2008) mesmo identificando a educação não formal como um caminho que busca atender as necessidades de aprendizagem, esses programas ainda não são valorizados e não recebem auxílio financeiro e, pesquisas apontam que em países mais pobres a educação não formal é o principal meio de aprendizagem para jovens e adultos.

Entretanto, a UNESCO (1999) defende que para instituir uma sociedade que continue a aprender ao longo de toda a vida, é preciso refletir as relações de ensino e sociedade. Por fim, "educação ao longo da vida" deve gozar de todas as ocasiões favoráveis ofertadas pela sociedade.

2. CIDADES EDUCADORAS

Após discutirmos a educação não formal numa perspectiva de educação para todos abordando e enfatizando o poder educativo que ações conjuntas podem promover, podemos analisar os princípios e objetivos da Carta das Cidades Educadoras reafirmando assim que "A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras". (GADOTTI, 2005 p. 5)

Esta carta é um compromisso afirmado no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Barcelona no ano de 1990, reunindo princípios para um avanço educador da cidade, sendo revista em congressos internacionais a fim de inserir novos desafios e necessidades da sociedade.

A Carta das Cidades Educadoras traz princípios para um avanço educador da cidade, enfatizando e priorizando crianças e jovens, porém, agregando a todos para uma formação contínua, tendo como objetivo "aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida de seus habitantes". (Carta das Cidades Educadoras, 1990 p. 02)

As cidades educadoras devem incentivar a troca de experiências promovendo uma educação que vai além dos muros da escola com intervenções formais e não formais, garantindo um equilíbrio entre identidade e diversidade reconhecendo o valor cultural de cada comunidade propondo diálogo e participação.

Nesta carta é acentuada a responsabilidade governamental no desenvolvimento educativo da cidade e a confirmação do direito a uma cidade educadora como parte do direito à educação e a igualdade, sendo inseridos no projeto

político da cidade os princípios desta carta que enfatizam uma formação ao longo da vida. Essa formação deve compreender os diferentes âmbitos educacionais como, formal, não formal e informal, assim como as manifestações culturais. Dessa forma a política municipal deverá obter informações sobre seus habitantes e desenvolver projetos com caráter educador e formativo com o comprometimento de preservar e apresentar sua identidade numa perspectiva participativa.

A carta também estabelece como serviço integral a promoção de cultura, recreação, informação, orientação pessoal e profissional definindo estratégias de formação enfatizando uma educação ao alcance de todos e ao longo da vida.

2.1 Município que Educa

Com a mesma perspectiva de cidade que educa surge o programa "Município que Educa" criado pelo Instituto Paulo Freire, buscando potencializar as intenções educativas dos sujeitos sociais com o propósito de ampliar as reflexões sobre a gestão pública impulsionando uma participação democrática e priorizando a população local.

Afirmando entre seus princípios orientadores que:

"O município reconhece e valoriza sua ampla dimensão territorial, social e cultural: o centro, a periferia, os setores rurais, incluindo as diversas culturas e realidades sociais ali presentes". (Instituto Paulo Freire, 2010 p.12)

Neste contexto o programa tem como objetivo que as intenções e iniciativas educativas sejam fortalecidas e consideradas primordiais para o desenvolvimento do município, fomentando um processo formativo com uma visão ampla para a construção da cidadania, articulando com diversos setores. Fortalecendo assim em suas dimensões ações educativas articuladas pelos cidadãos que vivem ou exercem atividades no município.

O programa tem entre suas estratégias o desenvolvimento de projetos educativos influenciando ações locais integradoras para uma nova formação, ou seja, uma nova visão de gestão pública. (Instituto Paulo Freire 2010)

Esses princípios e objetivos que pautam o programa município que educa são embasados e assegurados pela Constituição Federal que trata da autonomia dos municípios em seu artigo 18, ampliando assim a participação da comunidade e fomentando as ações sociais e populares.

Art 18. "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

todos autônomos, nos termos desta Constituição. (EC nº 15/96)" (BRASIL, 2012 p.25)

Desta forma, é assegurado que se fortaleça os potenciais locais, articulando não somente as escolas municipais, mas toda ação educativa que é promovida no município, enfatizando que:

"O Programa Município que Educa propõe a educação em seu sentido amplo (não apenas a educação formal), como novo conceito de organização dessa governança local." (GADOTTI, 2010 p.18)

Segundo Gadotti (2010) o município é considerado educador quando ele além de exercer suas funções administrativas, tem por objetivo a formação pela cidadania, se organizando para que o povo "seja soberano", pois é ele, o povo que educa, porém deve ser educado para exercer e assumir essa tarefa. Porém, é necessário que este "povo" aproprie-se desse espaço que é seu, conhecendo-o e reconhecendo suas necessidades e anseios, numa perspectiva de leitura de mundo, pois, "Para aprender no município precisamos saber ler o mundo". (GADOTTI, 2010 p. 20). Sendo esse um indicador para a promoção de serviços pertinentes ao desenvolvimento social, moral e cultural, compreendendo que o município pode ser esse espaço. "A escola não está sozinha". (GADOTTI, 2010 p.21)

De acordo com Padilha (2010) a educação é um processo de formação humana que nos direciona para outros espaços, tempos e possibilidades de aprendizagens, isso nos leva a refletir nossa atuação e lidar com a diversidade de saberes dentro e fora da escola articulando diferentes culturas, setores e gerações.

"Estamos falando de um Município que Educa e valoriza os esforços de cada pessoa que vive, que trabalha e que acessa o município" (PADILHA, 2010 p. 25)

Na visão de Ramalho (2010) não é novidade que o processo de formação não acontece somente na escola, são complementados nas interações sociais e no dia a dia, o que é novidade é a possibilidade criada pelo Município que Educa de potencializar as ações educativas da comunidade envolvida de forma continuada, estabelecendo compromissos educativos provocando transformações na sociedade, impactando de forma positiva a todos os envolvidos.

Para Ronconi (2010) em 1988 houve uma abertura incluindo a participação popular, a partir daí surge o movimento trazendo uma nova percepção social: "entender o cidadão como parceiro", sendo este um processo educador que fortaleceu e emancipou o desenvolvimento cultural. Para ele, a proposta do Município que educa é uma onda educadora que vai além dos espaços tradicionais e formais.

O doutor em Ciências Econômicas Ladislau Dowbor (2010) nos apresenta mudanças que ocorreram no município de Pintadas, na Bahia, por consequência de uma nova visão, ou seja, uma nova arquitetura política por meio de ações que chamassem a atenção para o desenvolvimento local.

Este município, segundo o autor era distante das áreas modernas das grandes cidades, por consequência de seu pequeno poder econômico a metade dos homens viaja para outra região. Com parcerias da prefeita, produtores, secretaria da educação e uma universidade, ou seja, pessoas que estavam atentas às necessidades locais, elaborando planos e projetos que facilitaram o retorno dos trabalhadores para a construção e desenvolvimento do seu próprio município. Gerando um conhecimento local e promovendo ações educativas para uma transformação social.

De acordo com Dowbor (2010) é importante permitir que as crianças conheçam as necessidades de sua região e dificuldades profissionais de seus pais, pois trata-se de um estimulo para crianças que em sua formação cidadã terão condições de enxergar e refletir sobre uma educação como instrumento de transformação da sua realidade.

"A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la". (DOWBOR, 2010 p.46)

Nesse aspecto, o autor enfatiza uma importância pedagógica afirmando que, se forem apresentados às crianças conteúdos de forma sistematizada de suas vivências, irão assimilar de maneira satisfatória os conceitos científicos, pois, passarão a ter sentido, e verão a ciência como compreensão de sua vida, deixando de lado a impressão de que um dia aquele conteúdo será importante, a criança terá aprendido em termos históricos e geográficos o desenvolvimento de seu município e consequentemente será capaz de compreender o desenvolvimento de outras regiões. Para essa compreensão de realidade local deverão ocorrer ações articuladas com a sociedade, interagindo com diversos setores.

Dessa forma as ações pedagógicas serão mais amplas, formando sujeitos dinâmicos que enriquecerão o sistema educacional, é necessário que a escola esteja em contato com os diferentes espaços de aprendizagem, tornando-se parceira, reconhecendo e considerando os diversos conhecimentos como elementos essenciais para uma educação diferenciada.

"Assim, os professores terão maior contato com as diversas esferas de atividades, tornar-se-ão, de certa maneira, mediadores científicos e pedagógicos de um território, de uma comunidade". (DOWBOR, 2010 p.47)

Nesta perspectiva temos também o documento institucional Programa Mais Educação São Paulo apresentando a elaboração de projetos pedagógicos com a participação da comunidade como uma das condições de uma educação de qualidade, nessa perspectiva integradora o programa reconhece a elaboração de projetos e intervenções sociais um vínculo da Unidade Educacional com a cidade e, a relação da comunidade educativa com o desenvolvimento local, considerando essa integração como fundamental durante a educação básica.

"Que o currículo contemple espaços educativos para além da sala de aula".

(PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO,

2010 p.43)
As autoras Pini e Scatolini (2010) enfatizam a relação criança, jovem e adolescente com o município e destaca a década de 90 como o surgimento de uma forte preocupação social em relação aos jovens e adolescentes e, a atuação de órgão públicos em favor de uma política para essa etapa da vida, acentuando a complexidade dessa fase reconhecendo as dimensões sócios históricas que compreende as diferentes adolescências e juventudes. Essas diferenças estão relacionadas a variedade de condições socioeconômica que esse jovem e adolescente está inserido, ou seja, essa fase está ligada as suas vivências, sendo muitas vezes destaque na mídia por questões de violência ou consumo.
Segundo as autoras, o município é o mais importante fragmento da federação em que se pode ampliar a formação da cidadania desde a infância. Afirmando que é nele que ocorre as principais relações que podem promover uma participação efetiva de vários segmentos existentes no município. A gestão democrática efetiva em vários municípios tem estendido a participação da cidadania desde a infância, reconhecendo nesse espaço um novo olhar diante das relações estabelecidas entre adultos e crianças.
Dessa forma, Pini e Scatolini (2010) destacam que o desafio ao Município que Educa é ter clareza de sua função promotora de acessos a "novos direitos" respeitando a diversidade entre crianças, jovens e adolescentes que podem contribuir e cooperar no cotidiano do município.
Podemos considerar que a proposta do Programa Município que Educa é valorizar os diversos potenciais existentes nos diferentes espaços da sociedade, promovendo relações sociais e educativas inserindo neste processo a participação do centro, da periferia e dos setores rurais em prol de um desenvolvimento local. (Júnior, 2010).
"Transformar posturas, construir novas formas de ver o mundo e de se posicionar em relação à vida em sociedade exige ousadia em experimentar novos processos educativos nas cidades, nas suas periferias e no campo". (CECCON, 2010 p. 89)

Segundo Gadotti (2010) o programa Município que Educa aproxima-se do conceito de "povo que educa", isso nos leva a refletir sobre uma educação não formal, que não enfatiza a hierarquia e requer uma autonomia do aprendente com uma maior flexibilidade tanto do tempo quanto dos seus espaços.
O autor enfatiza que o novo modelo de educação que está surgindo está ligado a informalidade, o planeta tornou-se uma escola e isso significa que aprendemos o tempo todo, o currículo intercultural hoje reconhece essas características fundamentais na educação, dessa forma a educação pode ser vista com um processo dinâmico e interativo. (GADOTTI, 2010)
O que pretendemos frente a esses múltiplos olhares por um Município que Educa é justamente encontrar e experimentar novos processos educativos nas cidades que possam criar uma ponte entre a escola e as ações educativas que acontecem na sociedade, ou seja, uma educação a partir da cidade.
Em busca de relações educacionais mais produtivas podemos pensar e refletir sobre ações que dentro da perspectiva de uma sociedade educadora frente a um mundo globalizado, possa ser um veículo de descobertas que encontre a possibilidade de criar um vínculo entre a educação formal e a não formal, ou melhor, a escola e a sociedade civil. Dentre essas possibilidades podemos destacar o potencial educador da mídia que pode ser utilizada com ferramenta para uma educação emancipadora, ou seja, para a formação do ser autônomo, criativo e participativo.

3. COMUNICAÇÃO E MÍDIA

A mídia torna possível a livre expressão e pode garantir um espaço para as comunidades esquecidas ou marginalizadas. Utilizando-a como mídia-educação promovendo o sentimento de pertença e o protagonismo da comunidade e consequentemente a inclusão social, promovendo uma prática com novos discursos que podem surgir das comunidades. Estabelecendo uma comunicação em redes, ou seja, um discurso onde existem vários agentes interagindo em diferentes tempos e espaços. (OROFINO, 2010)
A autora diz que a utilização da mídia a serviço da educação trará a possibilidade de diversos atores inseridos por meio da escola e do município visando a construção de uma

cidadania global.
Com esse olhar Orofino (2010) nos mostra que a mídia deve ser vista enquanto processo e não apenas produto, estando assim a disposição das comunidades que, com uma sociedade em redes, onde existe a interação e diversidade, tornam-se protagonistas da comunicação com um viés educativo.
Existem diversas possibilidades de ações culturais em favor de um Município que Educa, a mídia pode ser utilizada de maneira criativa considerando a pluralidade dos agentes envolvidos no processo, transformando-a em uma aliada no processo de transformação social.
Dentro dessas possibilidades podemos citar o jornal escolar como uma ferramenta midiática e como um veículo neste processo transformador, criando a possibilidade da cidade ser ouvida e pensada coletivamente.
O jornal escolar é um macrocampo chamado "educação e uso de mídias" que é parte integrante do Programa Mais Educação em atividades de educação integral, instituído pelos Ministérios da Educação, da Cultura, Do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Este projeto tem como objetivo estender o tempo de crianças e jovens nas escolas e em outros espaços educativos.

4. O JORNAL ESCOLAR

Segundo Comunicação e Cultura (2010) a proposta do jornal escolar não iniciou com o educador francês Célestin Freinet, o qual reconhece o educador belga Ovite Decroly (1871 – 1932) ter trabalhado anteriormente com o jornal escolar na prática educativa com experiências de jornais escolares e estudantis.
Essa proposta ganha um espaço mais amplo e integrador com Freinet como um novo pensamento pedagógico, portanto ele é o principal referencial teórico para se trabalhar com o jornal escolar.
De acordo com Freinet (1974) o jornal escolar é um espaço de experiências e mobilizações para a comunicação da criança, um suporte que destaca suas produções como "obra" com uma função social desenvolvendo assim sua criatividade, pensamento crítico, trabalho coletivo e sua autonomia, expressando-se em textos livres, observações e experimentações de vida de forma literária, científica e artística.
Enfatizando uma das invariantes pedagógicas que Freinet desenvolveu e formalizou em 1964, dizendo que:
...não são a observação, a explicação e a demonstração – processos essenciais da escola – as únicas vias normais de aquisição de conhecimento, mas a experiência tateante, que é uma 1conduta natural e universal. (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2010 p.3)
Pode-se dizer que é importante que se considere as vivencias das crianças para auxiliá-las na construção de seu conhecimento, valorizando suas experiências e considerando a potência da educação informal, que é aquela à qual não acontece nos ambientes escolares, ou seja, que não são oferecidas nas instituições de ensino, porém ocorre um processo educativo promovendo o exercício da cidadania.
O jornal escolar nos abre caminhos pedagógicos que podem ser utilizados como recurso dando um novo sentido ao processo de ensino aprendizagem, apropriando- se de técnicas que se adequem as necessidades pedagógicas lançando mão de hábitos antigos.
A criança possui suas vivências, daí surge o interesse em suas produções espontâneas ou não, cabe ao educador transformá-las em motivações e torná-las educativas inserindo novas possibilidades de comunicação e aprendizado significativo assim como sugere Freinet:
...baseado nos textos livres, a observação e experimentação através da própria vida, a expressão, sob todas as suas formas, literária, científica, artística, permite-nos reunir e apurar o conteúdo do jornal. (FREINET, 1974 p. 22)
Segundo Freinet (1974) é importante enfatizar que o jornal escolar não é uma cópia do jornal direcionado aos os adultos, ele é uma produção que possui suas próprias normas, porém, utilizado como recurso, possuindo vantagens pedagógicas e dando um sentido cultural e social, utilizando textos livres o qual possui o interesse real das crianças promovendo o intercâmbio.
Freinet ainda afirma que crianças com dificuldades de aprendizagem podem obter resultados positivos utilizando os princípios do jornal escolar alavancando seu valor pedagógico, portanto, considerando esse resultado

crianças, jovens e adultos com dificuldades no processo de ensino aprendizagem, com o incentivo a produções de textos livres poderá ter sucesso e estabelecer laços afetivos, motivando as crianças, os pais, a escola e o meio ambiente, ou seja, a comunidade escolar. Assim, poderemos considerar a cultura, a vida e o comportamento social de uma comunidade escolar sem ideias artificiais e sim, partindo de experiências e vivências reais.

Diante do exposto, é possível tratar o jornal escolar como uma concepção pedagógica em condições de tornar-se oficial, não a serviço de regimentos escolares, e sim uma educação pela vida e para a vida.

O autor também considera a importância da colaboração da Unesco em coordenar, aumentar e integrar formações ativas de cultura eficiente e humanas em ações educativas, seria válido e desejável para reforçar o empenho de organizações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apropriando-se de objetivos e metas apresentadas pela UNESCO nos documentos analisados é possível enfatizar que a educação não formal possui um potencial que em alguns países tornou-se essencial para o desenvolvimento educacional de seus habitantes. A análise feita conseguiu levantar argumentos que foram discutidos em conferências a nível mundial, direcionando e estabelecendo princípios que tornam a educação não formal, uma parceira da educação formal, permitindo que a aprendizagem aconteça em diversos ambientes.

Surge então a necessidade de pensar a cidade como um ambiente educador, preocupando-se desde os anos iniciais com uma educação patrimonial dentro de uma cidade educadora, tendo a crianças dentro da escola a possibilidade de conhecer a sua cidade e seus espaços culturais. Cabe a escola apresentar e promover essa aprendizagem no processo de formação do cidadão.

Citando ainda os documentos da UNESCO, podemos considerar que ações educativas fora do ambiente escolar devem ser consideradas um caminho favorável para a educação integral do cidadão e o desenvolvimento de sua cidade.

Existem diversas possibilidades de ações culturais em favor de um Município que Educa, dessa forma podemos considerar a mídia de uma maneira criativa considerando a pluralidade dos agentes envolvidos no processo, transformando-a em uma aliada no processo de transformação social. Diante do exposto podemos considerar o potencial educativo de ações que perpassa o ambiente escolar, ações essas que devem tornar-se uma forte aliada da educação, dispondo de espaços e tempos diversos promovendo aprendizagem da cidade pela cidade e consequentemente garantindo o desenvolvimento e a formação cidadã de seus habitantes.

Assim o jornal escolar como mídia educativa, pode ser usado como um caminho que em seu processo de construção pode tornar-se uma ponte entre a escola e a sociedade civil, promovendo autonomia, sentimento de pertença, e protagonismo de um povo que deve ser visto como soberano em todos os aspectos de suas vivências. Reconhecendo que a educação não deve ser um suporte para que ele saia de sua cidade e sim, um recurso importante para transformá-la.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2012.

Carta das Cidades Educadoras. Disponível em: <www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/Cartadascidadeseducadoras.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014

COMUNICAÇÃO E CULTURA. Apresentando Célestin Freinet. Fortaleza, 2010 Disponível em: <jornalescolar.org.br> Acesso em: 23 nov. 2013

COMUNICAÇÃO E CULTURA. Guia do jornal escolar. Fortaleza, 2010

Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Carta das Cidades educadoras. Barcelona, Novembro, 2004

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a

descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; MEC: UNESCO, 1998.

FRANCO, Francisco C. Prados, Rosália. Educação patrimonial em uma cidade educadora. NMO. 2014.

FREINET, Celestin. O Jornal Escolar. Lisboa: Editorial Estampa, 1974

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. IDE. Sion (Suisse), p. 1 – 11, octobre, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para implantação/ Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2014.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia: UNESCO, 1990.

. Fórum Mundial de Educação. Quadro de ação mundial de educação para todos. Comissão nacional de educação para todos. Dakar: UNESCO, 2000

. Outra manera de aprender...estúdios de caso. Paris: UNESCO, 2007.

. Relatório de monitoramento de educação para todos. Brasil 2008: Educação para todos em 2015: um objetivo acessível? Brasília, DF: UNESCO, 2008.

PADILHA. Paulo Roberto, CECCON. Sheila, RAMALHO. Priscila. (Org). Município que educa múltiplos olhares. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.